

**MENDES JÚNIOR TRADING E
ENGENHARIA S.A. – Em
Recuperação Judicial**

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. – Em Recuperação
Judicial**

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações
contábeis**

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. - Em recuperação judicial

São Paulo – SP

Opinião sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.- Em recuperação judicial** (“Companhia” ou “Controladora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas” acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo daquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1-Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 07 de março de 2016, a Administração da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. - Em recuperação judicial**, ajuizou na comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais, pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 51 direcionado pela Lei 11.101/2015. Em 10 de março de 2016, o processamento da Recuperação Judicial foi deferido, conforme decisão da juíza da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais. No dia 13 de maio de 2016 a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A – Em Recuperação Judicial - apresentou à 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte o seu plano de recuperação judicial contendo a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da Companhia. A Companhia não mensurou, até presente data, todos os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tendo em vista a dependência de eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.



2-Conforme descrito na Nota Explicativa nº 30, A **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** - é parte nas ações de improbidade nº 5006695-57.2015.4.04.7000 e 5027001-47.2015.4.04.7000 ajuizadas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) e pela União Federal (“União”), originadas na denominada “Operação Lava Jato” da Polícia Federal, que investiga supostas irregularidades cometidas em contratos firmados com a Petrobras. A primeira ação foi recebida pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR e, após a juntada de todos os mandados de citação, foram apresentadas contestações pelas pessoas físicas e jurídicas envolvidas. A segunda ação, ajuizada pela União, em conexão à ação ajuizada pelo MPF, teve recente decisão em que o juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR entendeu ser ilegítima a União para o ajuizamento da referida ação. Com esta decisão e a consequente exclusão da União do processo, foi determinada a remessa do processo para a Justiça Estadual. Contra esta decisão foi interposto recurso pela união, ao qual foi concedido efeito suspensivo para determinar a manutenção do feito na justiça Federal até o julgamento final do recurso. Por dependência à ação ajuizada de improbidade o MPF ajuizou ação cautelar na qual a Companhia foi intimada a prestar garantia à eventual condenação na ação citada, o que foi devidamente cumprido. A Companhia, também em razão da denominada “Operação Lava Jato”, sofreu a aplicação de penalidade de proibição de contratar com o poder público pela então Controladoria-Geral da União. Contra esta decisão foi impetrado Mandado de Segurança. A Companhia é parte, ainda, de procedimento instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, cuja defesa foi devidamente apresentada, o qual visa apurar suposto acerto entre empresas com vistas a fraudar os procedimentos licitatórios realizados pela Petrobras.

A companhia foi incluída, também, em processo administrativo instaurado pelo Tribunal de Contas da União para apuração de supostas irregularidades ocorridas nas obras da Refinaria Abreu e Lima. Em relação ao referido processo a companhia também apresentou sua defesa.

A Companhia entende que o estágio atual das referidas ações não permite um definitivo prognóstico, sendo que, durante a instrução dos processos, serão apresentados todos os documentos necessários, bem como produzidas todas as provas cabíveis à sua defesa, visando afastar quaisquer eventuais condenações e/ou reverter aquelas já prolatadas em seu desfavor. Admite, porém, que não é possível estimar quais medidas poderão vir a ser adotadas pelos órgãos competentes na hipótese de eventuais condenações. Portanto, não foi possível concluir a respeito de eventuais efeitos nas demonstrações contábeis, que possam advir destes assuntos.

Ênfase

No exercício de findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 33.925 mil, o passivo circulante individual e consolidado excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$ 108.898 mil e R\$ 109.822 mil, respectivamente. Adicional ao contexto econômico-financeiro da Companhia, em 28 de abril de 2016 foi publicada no “Diário Oficial da União” (DOU), a Controladoria-Geral da União (CGU) declarou a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A – Em Recuperação Judicial - inidônea para contratar com a administração pública. Com a sanção, a construtora está proibida de celebrar novos contratos por, pelo menos, dois anos.



Outro fator relevante que compromete a continuidade operacional da Companhia é a possibilidade do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota explicativa nº 1, não ser aprovado por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução. Essas condições indicam a existência de incerteza que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dos negócios da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e mensurados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos parágrafo “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas” acima referidas, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

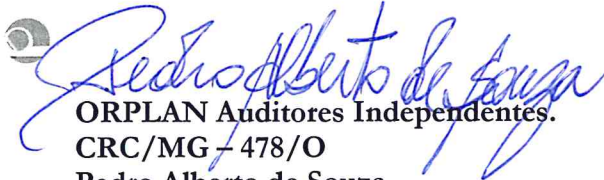
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017.


ORPLAN Auditores Independentes.
CRC/MG - 478/O
Pedro Alberto de Souza
Contador – CRC MG N.º 032.234/O



 Rua Rio de Janeiro, 927 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30160-914

 (31) 3115-1400 | 99133-9837  orplan@orplan.com.br  www.orplan.com.br

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.473	34.576	22.480	34.585
Contas a receber de clientes	7	65.581	111.524	65.692	111.635
Títulos a receber	8	-	1.349	-	1.349
Adiantamentos a fornecedores		22.115	21.075	22.115	21.075
Estoques	9	7.110	9.512	7.110	9.512
Outros ativos circulantes		78.501	67.271	78.565	67.335
		195.780	245.307	195.962	245.491
Não circulante					
Partes relacionadas	10	28.607	20.329	31.505	23.963
Títulos a receber	8	330.723	292.541	330.723	292.541
Imposto de renda e CSLL diferidos	27	199.456	176.700	199.456	176.700
Investimentos	11	46.989	72.759	41.514	66.897
Imobilizado líquido	12	32.132	55.417	32.132	55.418
Intangível	13	2.520	2.812	2.520	2.812
		640.427	620.558	637.850	618.331
Total do ativo		836.207	865.865	833.812	863.822
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	43.542	66.020	44.366	66.020
Fornecedores e subempreiteiros	15	130.056	237.477	130.056	238.301
Salários e encargos sociais	16	47.674	63.683	47.674	63.686
Impostos e contribuições	17	46.538	45.097	46.820	45.379
Adiantamentos de clientes		8.509	13.534	8.509	13.534
Dividendos a pagar		4.879	4.879	4.879	4.879
Outros contas a pagar		23.480	23.861	23.480	23.862
		304.678	454.551	305.784	455.661
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	8.239	8.381	8.239	8.381
Impostos e Contribuições	18	178.793	155.536	178.793	155.536
Provisão para Contingências	19	147.087	41.916	147.087	41.916
Passivo Atuarial	21	29.976	10.726	29.976	10.726
Partes Relacionadas		81.013	74.426	74.418	67.792
Títulos a pagar	10	6.423	6.406	6.423	6.406
		451.531	297.391	444.936	290.757
Patrimônio líquido					
Capital social		235.000	235.000	235.000	235.000
Resultados acumulados		(161.448)	(127.523)	(161.448)	(127.523)
AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial		6.446	6.446	6.446	6.446
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		79.998	113.923	79.998	113.923
Participação dos não controladores		-	-	3.094	3.481
		79.998	113.923	83.092	117.404
Total do passivo e patrimônio líquido		836.207	865.865	833.812	863.822

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida das atividades continuadas	23	263.791	709.436	263.791	709.435
Custo de serviços e empreitadas de obras	24	(240.691)	(781.733)	(240.688)	(782.112)
Lucro bruto		23.100	(72.297)	23.103	(72.677)
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	25	(46.613)	(72.294)	(46.613)	(72.300)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(25.382)	(10.122)	(25.383)	(9.790)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(37.472)	(175.100)	(37.473)	(175.239)
		(109.467)	(257.516)	(109.469)	(257.329)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		(86.367)	(329.813)	(86.366)	(330.006)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	26	29.686	(33.125)	29.686	(33.126)
		29.686	(33.125)	29.686	(33.126)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(56.681)	(362.938)	(56.680)	(363.132)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	27	22.756	122.190	22.756	122.190
		22.756	122.190	22.756	122.190
Resultado líquido do exercício		(33.925)	(240.748)	(33.924)	(240.942)
Resultado atribuível a					
Acionistas controladores		(33.925)	(240.748)	(33.925)	(240.748)
Participação dos não controladores		-	-	1	(194)
		(33.925)	(240.748)	(33.924)	(240.942)
Número de ações no final do exercício (lote em mil ações)		205.058	205.058	205.058	205.058
Lucro líquido por ação do capital social - R\$		(0,17)	(1,17)	(0,17)	(1,17)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	(33.925)	(240.748)	(33.924)	(240.942)
Outros resultados abrangentes				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	263	-	263
Resultado abrangente total do exercício atribuível a	(33.925)	(240.485)	(33.924)	(240.679)
Acionistas controladores	(33.925)	(240.485)	(33.925)	(240.485)
Participação dos não controladores	-	-	1	(194)
	(33.925)	(240.485)	(33.924)	(240.679)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Reserva de Lucros				Resultado abrangente			Participação dos não controladores	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	235.000	17.791	-	95.171	6.709	-	354.671	3.675	508.324	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(240.748)	(240.748)	(194)	(240.942)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(263)	263	-	-	-	
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	(17.791)	-	(95.171)	-	112.962	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	235.000	-	-	-	6.446	127.523	113.923	3.481	117.404	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(33.925)	(33.925)	1	(33.924)	
Outras baixas	-	-	-	-	-	-	-	(388)	(388)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235.000	-	-	-	6.446	161.448	79.998	3.094	83.092	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(56.681)	(362.938)	(56.680)	(363.132)
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	18.008	18.720	18.018	18.721
Baixas de imobilizado	5.749	6.122	5.749	6.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.756	122.190	22.756	122.190
Constituição Imposto de Renda Diferido - Ativo	(22.756)	(122.190)	(22.756)	(122.190)
Resultado de equivalência patrimonial	25.382	10.122	25.383	9.790
Constituição (reversão) de passivo atuarial	19.250	(9.249)	19.250	(9.249)
Constituição de provisão para perdas sobre contas a receber de curto e longo prazo líquida	-	107.142	-	107.142
Constituição de provisão para perdas sobre ativo Intangíveis	-	22.150	-	22.150
Constituição de provisão para perdas sobre estoque	-	9.582	-	9.582
Constituição de provisão para perdas sobre títulos a receber	-	13.852	-	13.852
Constituição (reversão) de provisão para contingências	15.517	17.419	15.517	17.419
Transferência passivo circulante - Fornecedores Sub Justice	89.654	-	89.654	-
	116.879	(167.078)	116.891	(167.603)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	45.943	107.240	45.943	107.240
Títulos a receber	(36.833)	(47.953)	(36.833)	(47.953)
Adiantamentos a fornecedores	(1.040)	1.568	(1.040)	1.568
Estoques	2.402	(875)	2.402	(875)
Outros realizáveis	(11.230)	23.932	(11.230)	23.963
	(758)	83.912	(758)	83.943
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores e subempreiteiros	(17.767)	2.523	(18.591)	2.492
Transferência para passivo não circulante - Fornecedores Sub Justice	(89.654)	-	(89.654)	-
Salários e encargos sociais	(16.009)	(27.934)	(16.012)	(27.949)
Impostos e contribuições	24.698	91.733	24.698	91.698
Adiantamentos de clientes	(5.025)	4.332	(5.025)	4.332
Outros contas a pagar	(364)	1.986	(365)	1.984
	(104.121)	72.640	(104.949)	72.557
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	12.000	(10.526)	11.184	(11.103)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(180)	(6.035)	(189)	(6.035)
Investimentos/recebimentos controladas	388	(118)	(389)	20
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas	(1.691)	96.875	(916)	97.297
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.483)	90.722	(1.494)	91.282
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados a longo prazo	(22.620)	(93.611)	(21.796)	(93.611)
Dividendos propostos	-	4.879	-	4.879
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos	(22.620)	(88.732)	(21.796)	(88.732)
Acréscimo/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(12.103)	(8.536)	(12.105)	(8.553)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.576	43.112	34.585	43.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.473	34.576	22.480	34.585
Acréscimo/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(12.103)	(8.536)	(12.105)	(8.553)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos valores adicionados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1 - Receitas				
Serviços e vendas de materiais	283.951	778.110	283.951	778.110
Outras	7.637	3.474	7.637	3.474
Total receitas	291.588	781.584	291.588	781.584
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	(173.506)	(478.573)	(173.495)	(478.981)
Total de insumos adquiridos de terceiros	(173.506)	(478.573)	(173.495)	(478.981)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	118.081	303.011	118.093	302.603
4 - Depreciação	(18.008)	(18.720)	(18.018)	(18.721)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	100.073	284.291	100.075	283.882
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(25.382)	(10.122)	(25.383)	(9.790)
Receitas financeiras	72.557	3.522	72.557	3.522
Total valor adicionado recebido em transferência	47.175	(6.600)	47.174	(6.268)
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+7)	147.248	277.691	147.249	277.614
8 - Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	96.448	395.710	96.447	395.800
Impostos, taxas e contribuições	33.862	(12.208)	33.863	(12.201)
Remuneração de capitais de terceiros	50.863	134.937	50.863	134.957
Lucro líquido do exercício	(33.925)	(240.748)	(33.924)	(240.942)
Total distribuição do valor adicionado	147.248	277.691	147.249	277.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia”) é uma Sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social. As suas controladas e controladas em conjunto possuem, substancialmente, o mesmo ramo de atividade da controladora.

Processo de recuperação judicial

Desde o final de 2014, a empresa vem sendo impactada pela escassez de crédito e pelo baixo investimento, frutos da atual situação da economia. Essa realidade fez com que a empresa tivesse dificuldades em cumprir seus compromissos. Assim a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. apresentou em 7 de março de 2016 pedido de Recuperação Judicial, nos termos do artigos 51 e seguintes das Lei 11.101/2015 na comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais. Em 10 de março de 2016, o processamento da Recuperação Judicial foi deferido, conforme decisão da juíza da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais.

No dia 13 de maio de 2016 a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. apresentou à 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte o seu plano de recuperação judicial contendo a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da Companhia. A Administração da Companhia aguarda a realização da Assembleia Geral dos Credores e consequentemente a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial.

Em resumo, o plano consiste principalmente na venda de ativos, venda de UPIs obtenção de novos recursos e na reestruturação dos créditos.

Créditos Trabalhistas

O valor correspondente a até 5 (cinco) salários mínimos, serão pagos no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial do Plano; e (ii) o restante será pago em 11 (onze) parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor máximo das 10 primeiras parcelas será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, com a última parcela pagando-se o saldo remanescente. Os pagamentos serão feitos do menor valor de Crédito Trabalhista Incontroverso para o maior valor, e cada Crédito Trabalhista será pago integralmente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

Créditos com Garantia Real

Os Credores com Garantia Real serão pagos por meio de uma das seguintes opções, à escolha de cada Credor:

Opção A de pagamento do Crédito com Garantia Real - Desde que o bem não seja essencial para as atividades da MJTE, dação em pagamento do bem gravado com Garantia Real ao respectivo Credor com Garantia Real, a ser realizada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o trânsito em julgado da Homologação Judicial do Plano, ou em outro prazo que vier a ser acordado entre a MJTE e o respectivo Credor com Garantia Real, por valor a ser estabelecido de comum acordo entre o respectivo Credor com Garantia Real e a MJTE, desde que o bem em questão seja considerado pela MJTE como não essencial à sua atividade, mediante Quitação ou amortização do crédito, conforme o caso, e, se aplicável, devolução da diferença do Crédito com Garantia Real e o valor do bem.

Opção B de pagamento do Crédito com Garantia Real - Desde que o bem não seja essencial para as atividades da MJTE, recebimento do produto da alienação do bem dado em Garantia Real, desde que a referida alienação seja feita por valor aceito pela MJTE e pelo respectivo Credor com Garantia Real, mediante Quitação, e desde que o bem em questão não seja essencial à atividade da MJTE.

Opção C de pagamento do Crédito com Garantia Real - Dação em pagamento de Valores Mobiliários, do seguinte modo, e de acordo com a Cláusula 2.3, Anexo 2.2[A] e Anexo 2.2[B]:

- a. Desconto de 20% sobre o saldo da dívida na Data-Base;
- b. Manutenção das garantias reais;

Recebimento de Valores Mobiliários, no percentual de 80% do Crédito com Garantia Real, em até 360 dias a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial.

Créditos Quirografários

Os Credores Quirografários serão pagos por meio de uma das seguintes opções, à escolha de cada Credor Quirografário:

Opção A de pagamento de Crédito Quirografário - dação em pagamento de Valores Mobiliários, do seguinte modo:

- a. Desconto de 20% sobre o saldo da dívida na Data-Base;
- b. Recebimento de Valores Mobiliários, no percentual de 80% do Crédito Quirografário, em até 360 dias a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial, nos termos da Cláusula 2.3.

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Opção B de pagamento de Crédito Quirografário - exclusivamente para Credores Quirografários com Crédito Quirografário até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pagamento em dinheiro na moeda corrente nacional, do seguinte modo:

a. Desconto de 30% sobre o saldo da dívida na Data-Base;

Pagamento do saldo em parcela única, em até 90 (noventa) dias, a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial do Plano.

Créditos de ME e EPP

Os Credores ME e EPP serão pagos por meio de uma das seguintes opções, à escolha de cada Credores ME e EPP:

Opção A de pagamento de Crédito de ME e EPP - dação em pagamento de Valores Mobiliários, do seguinte modo:

a. Desconto de 20% sobre o saldo da dívida na Data-Base;

b. Recebimento de Valores Mobiliários, no percentual de 80% do Crédito de ME e EPP, em até 360 dias a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial, nos termos da Cláusula 2.3.

Opção B de pagamento de Crédito de ME e EPP - exclusivamente para Credores ME e EPP com Crédito de ME e EPP até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pagamento em dinheiro na moeda corrente nacional, do seguinte modo:

c. Desconto de 30% sobre o saldo da dívida na Data-Base;

Pagamento do saldo em parcela única, em até 90 (noventa) dias, a contar do trânsito em julgado da Homologação Judicial do Plano.

Embora tenha buscado incessantemente reverter esta situação, a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. viu na Recuperação Judicial a opção adequada para reequilibrar sua situação econômica e financeira de modo a preservar os interesses dos credores, clientes, fornecedores, colaboradores e demais parceiros pela preservação da operação da companhia e continuidade de seus contratos.

A empresa está segura da viabilidade do seu negócio e empreenderá todos os esforços para reverter o quadro que ora se apresenta.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 em 28 de Abril de 2017.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Base de consolidação

As informações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Controladas	Sede	% de participação	
		31/12/2016	31/12/2015
SCP Ferrugem	Brasil	-	50,00%
SCP Meta 1 Norte	Brasil	-	80,00%
SCP ETA Brasília	Brasil	75,00%	75,00%
SCP Boulevard	Brasil	56,00%	56,00%

Abaixo, base para consolidação:

Descrição	Em 31 de dezembro de 2016		
	Controladas		
	SCP Ferrugem	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard
Participação %	50%	75%	56%
Ativo circulante	-	174	8
Ativo não circulante	-	4.494	4.999
	-	4.668	5.007
Passivo circulante	-	1.106	-
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	-	3.562	5.007
	-	4.668	5.007
Receitas	-	-	(3)
Custos	-	-	-
Despesas/(receitas) operacionais	-	1	1
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	-	-	-
IR e CSLL corrente e diferido	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	-	1	(2)

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Em 31 de dezembro de 2015		
	Controladas		
	SCP Ferrugem	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard
Participação %	50%	75%	56%
Ativo circulante	-	174	10
Ativo não circulante	777	4.494	4.998
	<u>777</u>	<u>4.668</u>	<u>5.008</u>
Passivo circulante	-	1.107	3
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	777	3.561	5.005
	<u>777</u>	<u>4.668</u>	<u>5.008</u>
Receitas	-	-	-
Custos	-	-	(5)
Despesas/ (receitas) operacionais	(378)	4	-
Receitas/ (despesas) financeiras líquidas	(6)	-	(1)
IR e CSLL corrente e diferido	-	-	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do exercício	<u>(384)</u>	<u>4</u>	<u>(6)</u>

b. Entidades controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as seguintes entidades registradas pelo método de equivalência patrimonial:

Controladas em conjunto	Sede	% de participação	
		31/12/2016	31/12/2015
Rodoanel Sul 5 Engª Ltda.	Brasil	28,57%	28,57%
Integra Off Shore Ltda.	Brasil	51,00%	51,00%
SCP TRSF	Brasil	35,00%	-

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1. Instrumentos financeiros ativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade a possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber.

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente, conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

A Companhia não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

- **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota Explicativa 6);

- **Contas a receber de clientes:** referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, diminuídas ao valor recuperável, quando necessário (Nota Explicativa 7);
- **Títulos a receber:** estão registrados ao custo de aquisição, conforme os contratos e/ou outros documentos pertinentes. Os valores consignados nas demonstrações contábeis são inferiores aos que têm sido efetivamente realizados (Nota Explicativa 8).

4.2. Estoques

Os estoques de materiais de aplicação em obras (almoxarifado) e de mercadorias para revenda, também destinados a obras, são avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição, deduzidos os tributos recuperáveis, quando aplicável. Quando o valor realizável dos estoques (considerados os tributos e despesas sobre a venda) é inferior aos valores registrados, é efetuado ajuste ao valor recuperável (Nota Explicativa 9).

4.3. Investimentos

A Companhia detém investimento em controladas e em outras sociedades nas quais exerce o controle em conjunto com outros sócios, cujas demonstrações foram consolidadas. As participações em controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. Imobilizado

Nos termos do “Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado” e da “Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos”, a Companhia verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza.

Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC 10 e o “Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributo sobre o lucro”. Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável (Nota Explicativa 12).

4.5. Intangível

Substancialmente, o ativo intangível refere-se a Software e direito de uso de Software (Nota Explicativa 13).

4.6. Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e subempreiteiros.

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até 12 meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado.

Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

4.8. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação (Nota Explicativa 19).

4.9. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários (circulantes e não circulantes) são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

4.10. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Se aplicável, nos termos do CPC 32, sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas sobre o prejuízo fiscal/base negativa da CSLL, são constituídos créditos tributários diferidos.

A realização do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que resultados tributáveis futuros sejam apurados, de forma a permitir a recuperação do

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

ativo, ou parte dele, o saldo é ajustado ao valor que se espera que seja realizado.

O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando corresponde a valores registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. (Nota Explicativa 27).

4.11. Benefícios a empregados - previdência privada

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados abrangentes.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2011, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação dessas práticas contábeis nas demonstrações contábeis, reconhecendo os efeitos nos resultados abrangentes (Nota Explicativa 21).

4.12. Reconhecimento da receita

As receitas de serviços (obras) e da revenda de mercadorias somente são reconhecidas quando: (i) os riscos e benefícios decorrentes da transação forem transferidos ao contratante; (ii) o seu valor puder ser estimado com segurança; e (iii) for provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas e os custos de um contrato de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais orçados do contrato. As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Na hipótese de os custos incorridos atuais, acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas excedem os adiantamentos recebidos, a diferença é reconhecida como “valores a receber de clientes”.

Se os adiantamentos recebidos, conforme o progresso da construção excedem os custos incorridos atuais acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas, a diferença é reconhecida como um passivo. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho, a título de adiantamento, são registrados no balanço patrimonial como um passivo.

Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”.

4.13. Lucro por ação

O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada do número de ações existentes na data de reporte. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

4.14. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os ativos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem passivos indexados à moeda estrangeira.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4.16. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

A Companhia realizou a análise dos novos pronunciamentos técnicos e interpretações aplicáveis, conforme abaixo:

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016:

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira para períodos que se iniciaram em ou após 01/01/2016 que tenham impacto significativo nestas demonstrações contábeis. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 01/01/2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. As normas em comento são as seguintes:

- **IFRS 5** - “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas”;
- **IFRS 11** - “Acordos Conjuntos (alterações)”;
- **IFRS 7** - “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”;
- **IAS 16 e IAS 38** - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações)”;
- **IFRS 27** - “Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas”;
- **IAS 19** - “Benefícios a Empregados”;
- **IAS 34** - “Demonstração Intermediária”.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetivas após 31 de dezembro de 2016:

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019. Portanto, não adotadas nestas demonstrações contábeis. Elas poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. São elas:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IFRS 9** - “Instrumentos financeiros”: para exercícios findos a partir de 01/01/2018;
- **IFRS 15** - “Receitas de contratos com clientes”: para exercícios findos a partir de 01/01/2018;
- **IFRS 16** - “Leasing”: para exercícios findos a partir de 01/01/2019.

A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações contábeis.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração, na elaboração das demonstrações contábeis e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis são as seguintes:

5.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No caso da existência de prova objetiva ou efeito combinado de eventos internos ou externos que afetem a realização de um ativo, a Companhia e suas controladas reconhecem as perdas estimadas (*impairment*) nas demonstrações contábeis.

5.2. Avaliação dos instrumentos financeiros

Adiante, em notas específicas, são fornecidas informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Provisões

Os montantes contabilizados como provisão são a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

5.4. Contingências ativas e passivas

Os registros dos ativos e passivos contingentes, quando aplicável, são realizados em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e os julgamentos quanto aos valores de realização são suportados pelo laudo de especialistas e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País.

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas compatíveis com Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos consignados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	1016	2015
Caixa e contas correntes bancárias	656	9.603	663	9.612
Aplicações financeiras	16.086	19.277	16.086	19.277
Recursos administrados	5.731	5.696	5.731	5.696
Total	22.473	34.576	22.480	34.585

7. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de construção e de revenda de mercadorias:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes públicos	166.655	205.974	166.766	206.085
Clientes privados	5.865	12.489	5.865	12.489
(-) Ajuste ao valor de realização	(106.939)	(106.939)	(106.939)	(106.939)
Total	65.581	111.524	65.692	111.635

A seguir, os valores apresentados por vencimentos:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer em até 30 dias	21.071	91.318	21.071	91.429
Total a vencer	21.071	91.318	21.071	91.429
Vencidos de 30 a 90 dias	1.559	7.248	1.559	7.248
Vencidos de 91 a 180 dias	30.021	10.169	30.132	10.169
Vencidos de 91 a 180 dias	119.869	109.728	119.869	109.728
Total vencidos	151.449	127.145	151.560	127.145
(-)Ajuste ao valor de realização	(106.939)	(106.939)	(106.939)	(106.939)
	(106.939)	(106.939)	(106.939)	(106.939)
Total	65.581	111.524	65.692	111.635

8. Títulos a receber (curto e longo prazo)

Referem-se, principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais. A Companhia adota todos os procedimentos cabíveis ao recebimento dos seus créditos, por meio de negociações e ajuizamento de ações judiciais, nas quais vem obtendo decisões favoráveis. Os consultores jurídicos avaliam que são remotas as possibilidades de perdas das ações judiciais movidas contra os devedores:

Títulos a receber	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Curto Prazo	13.852	15.201	13.852	15.201
Longo Prazo	330.723	292.541	330.723	292.541
(-) Ajuste ao valor de realização	(13.852)	(13.852)	(13.852)	(13.852)
Total	330.723	293.890	330.723	293.890

Além dos títulos registrados acima, a Companhia possui os créditos a seguir discriminados, os quais são objeto de discussão judicial ou administrativa. Tais valores são oriundos de serviços executados para clientes:

Créditos	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Sub judice	79.584	76.401	79.584	76.401
Sob discussão administrativa	419.013	354.867	419.013	354.867
Total	498.597	431.268	498.597	431.268

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

Os valores referem-se a estoque de materiais adquiridos para serem aplicados em obras (almoxarifado) e de mercadorias a serem revendidas também para os clientes de obras. Os valores estão assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Almoxarifado	15.801	11.393	15.801	11.393
Bens destinados à revenda	891	7.701	891	7.701
(-) Provisão para perdas	(9.582)	(9.582)	(9.582)	(9.582)
Total	7.110	9.512	7.110	9.512

10. Partes relacionadas

As transações entre a Companhia e outras empresas referem-se a operações comerciais e de contas correntes. Os valores destas transações são os seguintes:

	Controladora			
	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coligadas	7.716	27.840	3.768	27.879
Consórcios e SCP's	20.891	53.173	16.561	46.547
Total	28.607	81.013	20.329	74.426

	Consolidado			
	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coligadas	7.716	27.840	3.768	27.879
Consórcios e SCP's	23.789	111.757	20.195	39.913
Total	31.505	139.597	23.963	67.792

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

Os investimentos avaliados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.3, a movimentação dos mesmos e as informações financeiras sobre as investidas são discriminados a seguir:

	Controladora - Investimentos avaliados por equivalência patrimonial			
	Patrimônio líquido		Participação %	
	2016	2015	2016	2015
SCP ETA Brasília	3.561	3.561	75,00%	75,00%
SCP Boulevard	5.006	5.005	56,00%	56,00%
SCP Ferrugem	-	777	-	50,00%
SCP TRSF	(108.950)	-	35,00%	-
SPE Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	127.634	128.379	28,57%	28,57%
SPE Integra Offshore Ltda.	9.902	59.254	51,00%	51,00%
Total			46.989	72.759

	Consolidado - Investimentos avaliados por equivalência patrimonial "Joint venture"			
	Patrimônio líquido		Participação %	
	2016	2015	2016	2015
Empresas				
SPE Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	127.634	128.379	28,57%	28,57%
SPE Integra offshore Ltda.	9.902	59.254	51,00%	51,00%
SCP TRSF	(108.950)	-	35,00%	0,00%
			41.514	66.897

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em recuperação Judicial

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação dos investimentos (posição consolidado) é conforme segue:

	Saldo em 2014	Aumento de capital e AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 2015	Aumento de capital e AFAC	Baixa	Equivalência patrimonial	Saldo em 2016
SPE Rodoanel Sul 5 Eng. Ltda	36.912	-	(234)	36.678	-	-	(213)	36.465
SPE Integra Off Shore Ltda.	39.775	-	(9.556)	30.219	-	-	(25.170)	5.049
Outros investimentos	20	-	(20)	-	-	-	-	-
	76.707	-	(9.810)	66.897	-	-	(25.383)	41.514

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais subsidiárias da Companhia, as quais foram incluídas nestas demonstrações contábeis consolidadas, são os seguintes:

Controladas	Sede	% de participação	
		2016	2015
SCP Ferrugem	Brasil	-	50,00%
SCP ETA Brasília	Brasil	75,00%	75,00%
SCP Boulevard	Brasil	56,00%	56,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais.

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Controladas diretas

Descrição	Em 31 de dezembro de 2016			
	Controladora	Controladas		
	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	SCP Ferrugem	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard
Ativo circulante	199.762	-	174	8
Ativo não circulante	592.111	-	4.494	4.999
	791.873	-	4.668	5.007
Passivo circulante	396.094	-	1.106	-
Passivo não circulante	345.779	-	-	-
Patrimônio líquido	50.000	-	3.562	5.007
	791.873	-	4.668	5.007
Receitas	263.062	-	-	-
Custos	(238.995)	-	-	3
Despesas/(receitas) operacionais	(141.062)	-	1	(1)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	30.316	-	-	-
IR e CSLL corrente e diferido	22.756	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	(63.923)	-	1	2

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Em 31 de dezembro de 2015			
	Controladora	Controladas		
	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	SCP Ferrugem	SCP ETA Brasília	SCP Boulevard
Ativo circulante	226.936	-	174	10
Ativo não circulante	638.929	777	4.494	4.998
	865.865	777	4.668	5.008
Passivo circulante	454.551	-	1.107	3
Passivo não circulante	297.390	-	-	-
Patrimônio líquido	113.924	777	3.561	5.005
	865.865	777	4.668	5.008
Receitas	709.435	-	-	-
Custos	(781.733)	(378)	4	(5)
Despesas/(receitas) operacionais	(257.515)	(6)	-	-
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(33.125)	-	-	(1)
IR e CSLL corrente e diferido	122.190	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	(240.748)	(384)	4	(6)

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

A discriminação e a movimentação das contas do ativo imobilizado são assim demonstradas:

	Contas				Controladora		
	Terrenos	Edificações	Maq, Equip's e Veículos	Outras	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	713	1.900	67.119	4.501	74.233		
Aquisição	-	219	3.919	1.850	5.988		
Depreciação	-	(1.021)	(15.620)	(2.079)	(18.720)		
Baixa	-	(101)	(4.839)	(1.144)	(6.084)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	713	997	50.579	3.128	55.417		
Aquisição	-	-	359	113	472		
Depreciação	-	(73)	(17.455)	(480)	(18.008)		
Baixa	-	(112)	(4.842)	(795)	(5.749)		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	713	812	28.641	1.966	32.132		
Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%			

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Contas		Consolidado			
	Saldos em 31 de dezembro de 2014	Terrenos	Edificações	Maq, Equip's e Veículos	Outras	Total
	713	713	1.900	67.121	4.501	74.235
Aquisição	-	-	219	3.919	1.850	5.988
Depreciação	-	-	(1.021)	(15.620)	(2.080)	(18.721)
Baixa	-	-	(101)	(4.839)	(1.144)	(6.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	713	713	997	50.581	3.127	55.418
Aquisição	-	-	-	358	113	471
Depreciação	-	-	(73)	(17.455)	(480)	(18.008)
Baixa	-	-	(112)	(4.842)	(795)	(5.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	713	713	812	28.642	1.965	32.132
Taxas de depreciação	-	-	4%	20%	10%	

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

A discriminação e a movimentação das contas do ativo intangível são assim demonstradas:

	Controladora			Consolidado		
	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.150	2.803	24.953	22.150	2.803	24.953
Aquisição	-	47	47	-	47	47
Baixa	(22.150)	(38)	(22.188)	- 22.150	(38)	(22.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	2.812	2.812	-	2.812	2.812
Aquisição	-	3	3	-	3	3
Baixa	-	(295)	(295)	-	(295)	(295)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	2.520	2.520	-	2.520	2.520
Custo total	-	2.520	2.520	-	2.520	2.520
Valor contábil	-	2.520	2.520	-	2.520	2.520

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, avais e notas promissórias. Os encargos financeiros variaram de CDI + 0,40% ao mês a CDI + 1,00% ao mês. A parcela do longo prazo tem vencimento para dezembro de 2019. Os montantes de curto e longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e financiamentos:				
Parcela a curto prazo	43.542	66.020	44.366	66.020
Parcela a longo prazo	8.239	8.381	8.239	8.381
Total	51.781	74.401	52.605	74.401

15. Fornecedores e subempreiteiros

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros, discriminados por espécie de fornecimentos são os seguintes:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Materiais e Equipamentos	197.604	195.716	197.604	195.978
Serviços	22.107	41.761	22.107	42.323
Transf. p/P.não Circulante Sub Judice	(89.654)	-	(89.654)	-
Total	130.057	237.477	130.057	238.301

16. Salários e encargos sociais

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável e estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários	12.205	19.539	12.205	19.541
Encargos	28.056	21.032	28.056	21.033
Provisão Férias	7.413	23.112	7.413	23.112
Total	47.674	63.683	47.674	63.686

17. Impostos e contribuições - curto prazo

As obrigações tributárias referem-se a tributos correntes de ISSQN, COFINS, PIS, IRPJ, CSLL e parcelamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributos correntes	30.789	32.037	31.071	32.319
Parcelamentos	15.749	13.060	15.749	13.060
Total	46.538	45.097	46.820	45.379

18. Impostos e contribuições - Longo prazo

A Companhia optou pela inclusão dos débitos administrados pela PGFN e RFB no parcelamento de recuperação judicial que foi normatizado pela portaria conjunta PFGN/RFB N° 01 de 13 de fevereiro de 2015. Além deste parcelamento a Companhia mantém o parcelamento da Lei N° 11.941/09. O débito é discriminado a seguir:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Parcelamento Lei nº 11.941/09	20.994	24.190	20.994	24.190
Outros parcelamentos	157.799	131.346	157.799	131.346
Total	178.793	155.536	178.793	155.536

19. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e em processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, respaldada em pareceres de seus advogados, bem como em experiência anterior em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as seguintes contingências, julgadas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros de caixa, nos termos do CPC 25:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	17.468	15.130	17.468	15.130
Tributárias	449	23.363	449	23.363
Cível	129.170	3.423	129.170	3.423
Total	147.087	41.916	147.087	41.916

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	41.916
Constituição/(reversão) de provisões	15.517
Transferência do passivo circulante - Fornecedores sub judice	89.654
Saldo em 31 de dezembro de 2016	147.087

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	49.549	36.112	49.549	36.112
Cíveis	217.909	153.508	217.909	153.508
Tributárias	202.294	-	202.294	-
Total	469.752	189.620	469.752	189.620

A Companhia é parte em ação administrativa movida pelo Ministério Público Federal, em operação denominada “Lava Jato”, sobre supostas irregularidades cometidas em contratações com a Petrobras. Conforme nota explicativa nº 30, a Administração, apoiada na opinião de seus advogados, conclui que ainda não é possível estimar a duração e o resultado das referidas ações.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 235.000 mil representado por 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21. Previdência complementar

Os valores dos passivos atuariais, nos padrões da Deliberação CVM nº 600 e do CPC 33, relativos aos benefícios concedidos aos empregados estão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações de longo prazo	29.976	10.726	29.976	10.726
Total	29.976	10.726	29.976	10.726

A Companhia é patrocinadora da Mendesprev - Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão.

A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

os valores aportados e os benefícios pagos e o Plano Misto de Benefícios que trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

21.1. Plano CD de Benefícios

O Plano CD de Benefícios, administrado pela Mendesprev, é estruturado na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2016 a Mendesprev possuía no plano CD de benefícios 137 participantes ativos (em 31 de dezembro de 2015, 284 participantes ativos) e não existia participantes assistidos e pensionistas.

21.1.1. Plano de custeio

As contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados compreendem:

- a) **Contribuição normal:** de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu salário de participação;
- b) **Contribuição extraordinária:** de caráter opcional e eventual, corresponde ao valor escolhido pelo participante ativo e autopatrocinado de acordo com sua conveniência.

As contribuições da patrocinadora compreendem:

- a) **Contribuição normal:** efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do salário de participação;
- b) **Contribuição extraordinária:** esporádica, voluntária, destinada a reforçar o saldo de conta do participante ativo.

As despesas administrativas são custeadas pela patrocinadora, pelos participantes autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistido, na forma estabelecida pelo atuário.

21.1.2. Benefícios

Os benefícios assegurados pelo Plano CD de benefícios são os seguintes:

- a) Aposentadoria;
- b) Aposentadoria por invalidez;
- c) Pensão por morte;
- d) Benefício proporcional diferido;
- e) Abono anual.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no saldo de conta e nas faixas etárias do participante e seus beneficiários. Os benefícios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do assistido, de seus beneficiários e do saldo de conta remanescente da conta Individual de benefício concedido.

Para fins de atendimento ao CPC 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao plano durante o exercício, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

21.2. Plano misto de benefícios

Em 31 de dezembro de 2016, a Mendesprev possuía no Plano Misto de Benefícios 53 participantes ativos, 83 participantes diferidos, 120 participantes aposentados (em 31 de dezembro de 2015, 113 participantes ativos, 75 participantes diferidos, 96 participantes aposentados).

O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitidas adesões ao plano.

21.2.1. Plano de custeio

Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

- a) Contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do salário de participação que exceder a 20 salários unitários;
- b) Contribuição das patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
- c) Receitas de aplicações do patrimônio;
- d) Dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora.

21.2.2. Benefícios do plano

Os benefícios do plano são os seguintes:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Aposentadoria normal:** terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- b) **Aposentadoria antecipada:** a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- c) **Aposentadoria por invalidez:** para a aposentadoria por invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- d) **Pensão por morte:** a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido:
 - **Morte de participante antes do gozo de aposentadoria:** sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do saldo de conta de acordo com as normas atuariais;
 - **Morte de participante assistido:** aplicação de percentual definido do regulamento do Plano, de acordo com o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento.

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31 de dezembro 2016. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Participantes ativos

Frequência de participantes	53
Idade média (em anos)	54
Folha de salários de participação mensal	257
Salário de participação médio	5

Participantes diferidos

Frequência de participantes	83
Idade média (em anos)	49
Folha de salários de participação mensal	93
Salário de participação médio	1

Participantes aposentados

Frequência de participantes	120
Idade média (em anos)	63
Folha de salários de participação mensal	1.176
Salário de participação médio	10

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2016	2015
Obrigações atuariais	193.449	145.241
Valor justo dos ativos do plano	163.473	134.515
Valor presente das obrigações a descoberto	29.976	10.726
Perda ou (ganhos) atuariais	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	29.976	10.726
Passivo (ativo) atuarial provisionado no Balanço	10.726	19.975
Passivo (ativo)	19.250	(9.249)

A Companhia reconheceu em 2016 uma provisão da obrigação atuarial no montante de R\$19.250 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

Evolução do valor justo dos ativos	
Valor justo dos ativos ao início do ano	153.884
Benefícios pagos durante o exercício	(17.259)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	89
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	596
Rendimento efetivo dos ativos no ano	26.163
Valor justo dos ativos ao final do ano	163.473

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	
Valor das obrigações atuariais ao início do ano	145.241
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	670
Juros sobre obrigação atuarial	20.875
Benefícios pagos no ano	(17.259)
(Ganhos)/perdas Atuariais	43.923
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	193.450

Os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e deverão ser os seguintes:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados		
Custo do serviço corrente (com juros)	1.428	1.908
Contribuições esperadas de participante	-	(958)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	16.883	13.990
Rendimento esperado dos ativos	(14.266)	(13.127)
Amortização referente ao custo de serviço passado	-	-
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	4.045	1.813
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	-	(1.499)
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	4.045	314

21.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões do CPC 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais:

Econômicas e financeiras	2016	2015
Taxa de desconto atuarial - real	5,81% a.a.	7,37% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	14,75% a.a.	14,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	5,90% a.a.	7,37% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	14,75% a.a.	14,75% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal	0% a.a.	6,87% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	5,13% a.a.	6,87% a.a.
Inflação projetada	5,13% a.a.	6,87% a.a.
Fator de capacidade	98,00% a.a.	98,00% a.a.

21.4. Política contábil para o reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais

Os estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

22. Informações por segmentos de negócios

Os principais segmentos de negócio apresentado pela Administração da Companhia são:

- **Infraestrutura** - são incluídos nessa linha de segmento a construção de rodovias, vias rápidas, pontes, viadutos, terminais intermodais, ferrovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, portos, metrô e sistemas de saneamento;

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Industrial** - são incluídos nessa linha de segmento a construção, manutenção e construção de edifícios industriais e projetos na siderurgia, mineração e indústrias termelétricas, bem como centros comerciais complexos; e
- **Óleo e gás** - são incluídos nessa linha de segmento as soluções de engenharia *onshore* em projetos integrados para construir e ampliar refinarias, terminais e unidades de processamento de produtos petroquímicos e de dutos, bem como extração de petróleo e gás e processamento de plataformas *offshore*.

23. Receita líquida

A discriminação das principais rubricas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços	283.951	778.110	283.951	778.110
Deduções das receitas brutas	(20.160)	(68.674)	(20.160)	(68.675)
Total	263.791	709.436	263.791	709.435

24. Custo de serviços e empreitadas de obras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(96.373)	(333.889)	(96.373)	(333.990)
Compras de materiais diversos	(44.492)	(136.704)	(44.492)	(136.717)
Aluguel	(1.923)	(96.331)	(1.923)	(96.350)
Serviços de terceiros	(62.846)	(161.128)	(62.846)	(161.270)
Outras	(35.057)	(53.681)	(35.054)	(53.785)
Total	(240.691)	(781.733)	(240.688)	(782.112)

25. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(16.908)	(40.633)	(16.908)	(40.639)
Compras de materiais diversos	(160)	(180)	(160)	(180)
Aluguel	(2.643)	(4.348)	(2.643)	(4.348)
Serviços de terceiros	(18.420)	(20.956)	(18.420)	(20.956)
Outras	(8.482)	(6.177)	(8.482)	(6.177)
Total	(46.613)	(72.294)	(46.613)	(72.300)

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

A discriminação das receitas (despesas) financeiras líquidas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras decorrentes de:				
Rendimento de aplicações financeiras	679	1.566	679	1.566
Juros ativos	71.878	5	71.878	5
Descontos obtidos	59	1.885	59	1.885
Outras	10	66	10	66
	<u>72.626</u>	<u>3.522</u>	<u>72.626</u>	<u>3.522</u>
Despesas financeiras decorrentes de:				
Juros passivos	(39.897)	(29.580)	(39.897)	(29.580)
Variação cambial	(2)	(244)	(2)	(244)
IOF	(329)	(612)	(329)	(612)
Outras	(2.712)	(6.211)	(2.712)	(6.212)
	<u>(42.940)</u>	<u>(36.647)</u>	<u>(42.940)</u>	<u>(36.648)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>29.686</u></u>	<u><u>(33.125)</u></u>	<u><u>29.686</u></u>	<u><u>(33.126)</u></u>

27. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os cálculos do IRPJ e da CSLL, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A conciliação das provisões para o IRPJ e para a CSLL da Companhia, são demonstrados a seguir:

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita presumida tributável relativo a Consolidação	-	-
Imposto de Renda 15%	-	-
Adicional IRPJ	-	-
Incentivos	-	-
CSLL 9%	-	-
Total corrente	-	-
IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos		
Provisão p/ perdas	-	(138.795)
Provisão p/ contingências	-	(17.419)
Prejuízo fiscal	66.930	(212.420)
Passivo atuarial	-	9.249
	<u>66.930</u>	<u>(359.385)</u>
Ativo fiscal diferido - 34%	<u>22.756</u>	<u>(122.190)</u>
Lucro diferido entidades governamentais	-	
Passivos não circulante		
Lucro diferido entidades governamentais	-	-
Passivo contencioso	-	-
Base de calculo imposto diferido	<u>66.930</u>	<u>(359.385)</u>
Imposto diferido 34% - Controladora	<u>22.756</u>	<u>122.190</u>
Total Corrente e diferido	<u>22.756</u>	<u>122.190</u>

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações.

A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de riscos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza risco e prazo similares.

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- a) **Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. - Em
Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) **Riscos de crédito** - O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento.
- c) **Riscos financeiros** - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção.

29. Seguros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

30. Operação Lava Jato

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. - Em recuperação judicial é parte nas ações de improbidade nº 5006695-57.2015.4.04.7000 e 5027001-47.2015.4.04.7000 ajuizadas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) e pela União Federal (“União”), originadas na denominada “Operação Lava Jato” da Polícia Federal, que investiga supostas irregularidades cometidas em contratos firmados com a Petrobras. A primeira ação foi recebida pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR e, após a juntada de todos os mandados de citação, foram apresentadas contestações pelas pessoas físicas e jurídicas envolvidas. Na segunda ação, ajuizada pela União, em conexão à ação ajuizada pelo MPF, foi proferida decisão em que o juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR entendeu ser ilegítima a União para o ajuizamento da referida ação. Com esta decisão e a consequente exclusão da União do processo, foi determinada a remessa do processo para a Justiça Estadual. Contra esta decisão foi interposto recurso pela União, ao qual foi concedido efeito suspensivo para determinar a manutenção do feito na Justiça Federal até o julgamento final do recurso. Por dependência à ação de improbidade o MPF ajuizou ação cautelar na qual a Companhia foi intimada a prestar garantia à eventual condenação na ação citada, o que foi devidamente cumprido.

A Companhia, também em razão da denominada “Operação Lava Jato”, sofreu a aplicação de penalidade de proibição de contratar com o poder público pela então Controladoria-Geral da União. Contra esta decisão foi impetrado Mandado de Segurança.

A Companhia é parte, ainda, de procedimento instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, cuja defesa foi devidamente

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)**

apresentada, o qual visa apurar suposto acerto entre empresas com vistas a fraudar os procedimentos licitatórios realizados pela Petrobras.

A Companhia foi incluída, também, em Processo Administrativo instaurado pelo Tribunal de Contas da União para apuração de supostas irregularidades ocorridas nas obras da Refinaria Abreu e Lima. Em relação ao referido processo a Companhia também apresentou sua defesa.

A Companhia entende que o estágio atual das referidas ações não permite um prognóstico definitivo, sendo que, durante a instrução dos processos, serão apresentados todos os documentos necessários, bem como produzidas todas as provas cabíveis à sua defesa, visando afastar quaisquer eventuais condenações e/ou reverter aquelas já prolatadas em seu desfavor. Admite, porém, que não é possível estimar quais medidas poderão vir a ser adotadas pelos órgãos competentes na hipótese de eventuais condenações.

31. Sistema de Compliance

Encontra-se implementado na Companhia, desde 2015, o Programa de Compliance, que conta com um código de Ética, procedimentos de controle interno, e canal de denúncias, especialmente focado no cumprimento aos requisitos da Lei 12.846/13.

32. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Diretoria

Diretor Presidente : J. Murillo Valle Mendes
Diretor : José Mario de Souza Franco

Corpo técnico

Contador : Alexandre M. de Pinho Freitas
CRC MG 046.601/O-3